



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

*Discurso na cerimônia de assinatura do
protocolo de intenções para a erradicação
e a proteção do adolescente no trabalho*

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 6 DE SETEMBRO DE 1996

Senhor Vice-Presidente da República, Dr. Marco Maciel; Senhores Ministros de Estado aqui presentes; Senhores Governadores que nos dão a honra de assistirem à cerimônia; Senhores Vice-Governadores; Senhores Secretários de Estado; Senhores Parlamentares; Presidentes de confederações dos trabalhadores e patronais e das centrais sindicais; Senhores Dirigentes e Representantes das organizações não-governamentais; Senhoras e Senhores;

Já se está tornando habitual aquilo que, há alguns anos, seria impensável: um encontro, em várias regiões do Brasil e aqui, no Palácio do Planalto também, de setores que, aparentemente, estariam muito distanciados uns dos outros – o Governo Federal, os governos estaduais, municipais, empresários, trabalhadores, representantes das organizações não-governamentais.

Isso é o sinal do novo, um sinal para dar concreção, exemplificando, na verdade, o que disse o Governador Tasso Jereissati: que, efetivamente, houve uma mudança no Brasil. Essa mudança permite que se veja, com muita clareza, que há um caminho imenso a percorrer, e todos que aqui

falaram a mencionaram, a começar pelo meu companheiro Urbano, Presidente da Contag.

Na verdade, essa mudança tem um lado muito positivo, o de mostrar o tamanho dos problemas, que a inflação – e não só a inflação –, a desorganização político-administrativa impediam que se visse com maior clareza. Ambas estão ligadas, essa desorganização política e a inflação. Mas, além de se verem com maior clareza os problemas, foi possível, também, e está sendo possível, criar uma atitude de convergência. E convergência não quer dizer coincidência de pontos de vista, quer dizer outra coisa: quer dizer que, a despeito de diferenças, sempre normais numa sociedade do tipo da nossa, há objetivos que podem tornar-se comuns, como é o caso da erradicação do trabalho infantil.

Isso é inaceitável, qualquer que seja a nossa ótica, o nosso partido, a nossa posição na sociedade, a nossa visão de futuro, que podem ser muito diferentes uns dos outros; mas não podem deixar de coincidir na condenação indignada, como disse o Ministro do Trabalho, à existência do trabalho infantil nas proporções em que ainda existe no Brasil. O IBGE disse que são 3 milhões e meio de crianças. Não sei quantas são, mas são muitas. Sei que boa parte dessas crianças – as estatísticas também dizem isto – têm acesso à escola, mesmo as que trabalham, o que é positivo.

Mas há algumas formas de trabalho que são aviltantes, no conjunto desses 3 milhões e meio de crianças: o trabalho duro na cana-de-açúcar, no sal, no sisal, às vezes; na indústria de calçados, nem sempre em condições aceitáveis para que as crianças possam trabalhar; no carvão; e assim por diante.

Só que isso sempre houve no Brasil. E houve em maior proporção. A diferença é que, agora, nós sabemos que existe e nós o combatemos. O Governo se junta à sociedade, fiscaliza, chama a atenção, e os empresários e os trabalhadores se juntam na mesma campanha, para nós erradicarmos essa questão. O número de fiscalizações feitas pelo Ministério do Trabalho é impressionante: cerca de 600, na região do carvão, no Mato Grosso e em Minas Gerais.

Muitos que aqui estão estavam aqui quando iniciamos um processo visando chamar a atenção para o trabalho infantil, criar os grupos de trabalho e, depois, os mecanismos de fiscalização. Já fizemos várias fiscalizações. Nós modificamos a maneira de trabalhar na burocracia, para permitir que haja a fiscalização, porque um Estado organizado na ilusão inflacionária, com uma acumulação de riqueza enorme, preparado para servir só aos ricos, só aos que não precisam é um Estado capenga, que não tem as condições para fazer aquilo que nós queremos.

Não se trata, como tantos repetem, de vontade política, tenho dito isso sempre. Vontade política eu tenho de sobra, e nós, aqui, juntos, temos também. Não basta. É uma visão autoritária, subjetiva, pensar que uma pessoa ou dez pessoas, porque têm vontade, resolvem. Não resolvem. É preciso que haja uma reorganização de tudo, da sociedade e da administração. É o que estamos fazendo no Brasil. A sociedade está se reorganizando. E, aí, entram os empresários, os trabalhadores, a classe média, as organizações não-governamentais, a imprensa. O Governo também está se reorganizando, para poder permitir essa permeabilidade entre o desejo da sociedade e a ação eficaz do Governo, uma vez assumida como própria, dele, Governo, a vontade da sociedade.

É o que estamos fazendo, pouco a pouco. Não se faz de repente. O “pouco a pouco” não digo como quem se consola e se contenta com esse “pouco a pouco”. É preciso acelerar mais.

Mas nós estamos mudando. A prova é o que já fizemos depois da tomada de consciência do problema, em termos efetivos, e o que estamos nos propondo a fazer, em conjunto, com um pacto inédito, assinado por um grupo tão variado de pessoas, a partir do próprio Presidente da República. Para quê? Para que nós nos mobilizemos. Sem mobilização, não vamos resolver esse problema. É participação e mobilização, clareza nos objetivos, boa-fé. Cobrar é muito fácil. Posso ficar cobrando do Congresso o dia inteiro. Adianta isso? Não, porque é falso. O Congresso tem lá seus problemas. Eu tenho os meus. Nós temos que nos entender, temos que lutar, nos reorganizar.

Não adianta cobrar. É preciso organizar a ação, que é o que estamos fazendo. Nós estamos passando de uma atitude retórica, de cobrança vazia, para uma atitude prática de cobrança, dizendo: “Mas, olha, tem caminho. Vamos juntos. Tem caminho.” Aí, quem não quiser percorrer o caminho é porque está contra. E é muito difícil ser contra objetivos consensuais. É assim em tudo.

Hoje, os jornais publicam a primeira pesquisa do IBGE, que mostra quanta coisa mudou depois da estabilização. Mudou a distribuição de renda. Os que são economistas ou sociólogos sabem que mudar um pontinho na distribuição de renda é uma luta tenaz, tenaz, muito difícil. Mas mudou a distribuição de renda.

Agora, se não continuarmos avançando, não vai mudar mais, pára aí; se não retomarmos o crescimento, pára aí; se não tivermos possibilidade de aumentar as condições de salário, pára aí, não é isso? Mas mudou! Quer dizer, isso é um dado positivo. Houve mudança. O número de pessoas que tiveram acesso à escola aumentou. Aumentou tudo, melhorou tudo!

Não adianta, também, chorar o tempo todo e reclamar, dizer: “Ah, está ruim, está ruim.” Mas estava pior. Está melhorando. Nós temos é que fazer com que melhore mais. E, aí, não há outro caminho senão esse que estamos percorrendo.

Isso não é para benefício do Presidente da República, de um partido, de um governo, de um governador ou de uma associação em particular. Não é essa a mentalidade. No momento adequado, cada um apresenta lá suas divergências. Mas, em certos momentos, é preciso que entendamos a natureza do problema, que atuemos em conjunto e tenhamos a capacidade – que temos tido, todos aqui – de distinguir aquilo que é superável, em benefício da maioria da população.

Essa questão do trabalho infantil me parece que é simbólica, porque, realmente, é a degradação do ser humano. O que disse também o Francisco Urbano é uma verdade. Quer dizer, quem está sendo condenado pelo trabalho infantil não é só a criança, não: é o empresário, é a sociedade, é o Governo, é o País.

Então, nós vamos nos unir. O Ministro do Trabalho tem sido extremamente eficiente nas suas articulações e na sua disposição de dar curso àquilo que temos proposto. A demonstração, aqui, dessa união e a presença dos governadores, tão numerosa – e os que não puderam vir mandaram seus representantes –, bem como das centrais sindicais e das patronais e, também, dos órgãos da sociedade civil, é um indicativo muito claro de que estamos todos imbuídos de uma nova mentalidade, uma mentalidade que tem esperança, mas não fica feliz só por tê-la; sabe que o que nos motiva é que temos de acabar com a indignidade no Brasil. E vamos dar um exemplo claro, lutando com muito afinco na questão do trabalho infantil.

Quanto tempo vai demorar? Não sei. Vai ser fácil? Vai ser difícil. Mas nós já começamos. E o caminho se faz ao caminhar. Vamos caminhar juntos!

Muito obrigado.